

OPINIÃO

Os novos corredores energéticos e a guerra civil na Síria: velhos e novos atores

Por Fernanda Corrêa
Fernanda Delgado

Há quem diga que a guerra civil na Síria é uma disputa interna por domínio de territórios que incluem diversos atores, iniciada, a partir de 2011, com a denominada Primavera Árabe. Porém, ao se analisar a fundo, essa guerra tem características internas e externas, e envolve a fragmentação e o domínio de territórios do Estado sírio. Muitos grupos e países, cada um com suas próprias agendas, estão envolvidos, tornando a situação muito mais complexa e longeva.

Esta breve análise geopolítica objetiva olhar os ataques ocorridos à Síria em abril de 2018, considerando que uma disputa de poder entre Rússia e Estados Unidos envolve não só um embate pela influência no Oriente Médio, mas também as questões de dependência energética da Europa em relação ao petróleo e aos derivados russos.

1. A SÍRIA

A primeira questão que deve ser problematizada neste texto é o conceito do que convencionalmente se chama de Primavera Árabe. Os movimentos sociais que modificaram a estrutura política, econômica e social no Oriente Médio tiveram como base o pensamento de mudança, a supressão do autoritarismo dos governos locais e o sentimento de insatisfação e libertação das camadas populares, insufladas pelos novos tipos de guerras eletrônicas e cibernéticas. Na Síria, no entanto, esta sustentação é contestada por acusações contra o governo de Bashar al-Assad de corrupção, desemprego, autoritarismo, queda da produção agrícola, desrespeito aos direitos humanos, entre outros, além das chamadas guerras híbridas[1].

[1] Essas guerras híbridas envolveram o emprego de tecnologias de comunicação e de informação, que inflamaram ainda conflitos armados já existentes, promovidos por velhos e novos atores, como os curdos, a oposição ao governo de Assad, o Estado Islâmico, e os muitos anos de fragmentação política, econômica e social do Estado sírio.

A Síria, em geral, é um país em que as diversas culturas e grupos étnicos convivem harmoniosamente. O litoral do Estado sírio tem dois grandes portos: o de Lataquia e o de Tartus. Lataquia abriga o maior porto da Síria, uma cidade de maioria sunita, mas também com muitos residentes xiitas que migraram das montanhas vizinhas, e minorias cristãs. Além desses povos, a região também recebeu fluxos migratórios iraquianos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. A Lataquia é o reduto familiar de Assad e era conhecida pelo seu empreendedorismo e pacifismo, assim como pelas belas atrações turísticas. Desde 1963, o partido Ba'ath, ao qual Assad é filiado, instituiu em Lataquia o estado de emergência, que concedia às forças de segurança deter quaisquer pessoas que ameaçassem a segurança nacional, controlando os meios de comunicação social e restringindo a liberdade de reunião e associação. Apenas em março de 2011 o governo anunciou o fim do estado de emergência. A partir de 2012, Rabia, bastião estratégico no distrito costeiro de Lataquia, passou a ser controlada por grupos terroristas, entre eles a Frente Al-Nusra (atual Tahrir al-Sham), braço sírio da Al-Qaeda até o rompimento em 2016. Salma, outra localidade estratégica de Lataquia, também foi tomada, em 2012, por forças terroristas. A retomada das duas localidades, em 2016, se deu pelo bombardeio contra os grupos terroristas pelas forças pró-governo de Assad em conjunto com a Rússia.

2. OS GASODUTOS

Recep Tayyp Erdogan, Presidente da Turquia, antes da Primavera Árabe, era aliado estratégico de Bashar al-Assad. Em 2009, o Qatar propôs ao governo Sírio a construção de um gasoduto que atravessaria Arábia Saudita, Jordânia e Síria até a Turquia e de lá abasteceria a Europa. Isso reduziria a dependência europeia do gás russo[2] e ampliaria as oportunidades das indústrias destes países de exportar óleo e gás para a Europa. Assim, durante longo tempo, o governo de Erdogan se tornou um dos maiores investidores na Síria.

Contudo, Erdogan, acreditando que, por a Síria estar na lista da Doutrina Bush como patrocinadora do terrorismo internacional, Assad teria o mesmo destino que Ben Ali, na Tunísia, Hosni Mubarak, no Egito, e Kaddaffi, na Líbia, rompeu a aliança estratégica logo no início da Primavera Árabe. Além disso, Assad estava em via de concretizar outra proposta de parceria: uma nova rota de gasoduto que atravessaria o Irã, o Iraque e a Síria. O que Erdogan não considerou foi a possibilidade de que Putin interviria em favor de Assad (Figura 1).

Para o Iraque e o Irã, grandes produtores de petróleo, uma nova rota de transporte através da Síria enfraqueceria a política energética russa e ampliaria as oportunidades de mercados na Europa. Mesmo com as sanções do Conselho de Segurança da ONU contra o programa nuclear iraniano, os europeus veem no Irã a possibilidade de reduzir a sua dependência do gás russo.

[2] Na atualidade, quase 39% das importações de óleo cru feitas pela União Europeia vêm da Rússia e de outras ex-repúblicas soviéticas que permanecem na sua zona de influência, como o Azerbaijão e o Cazaquistão.

Figura 1: Infraestrutura de dutos no Oriente Médio

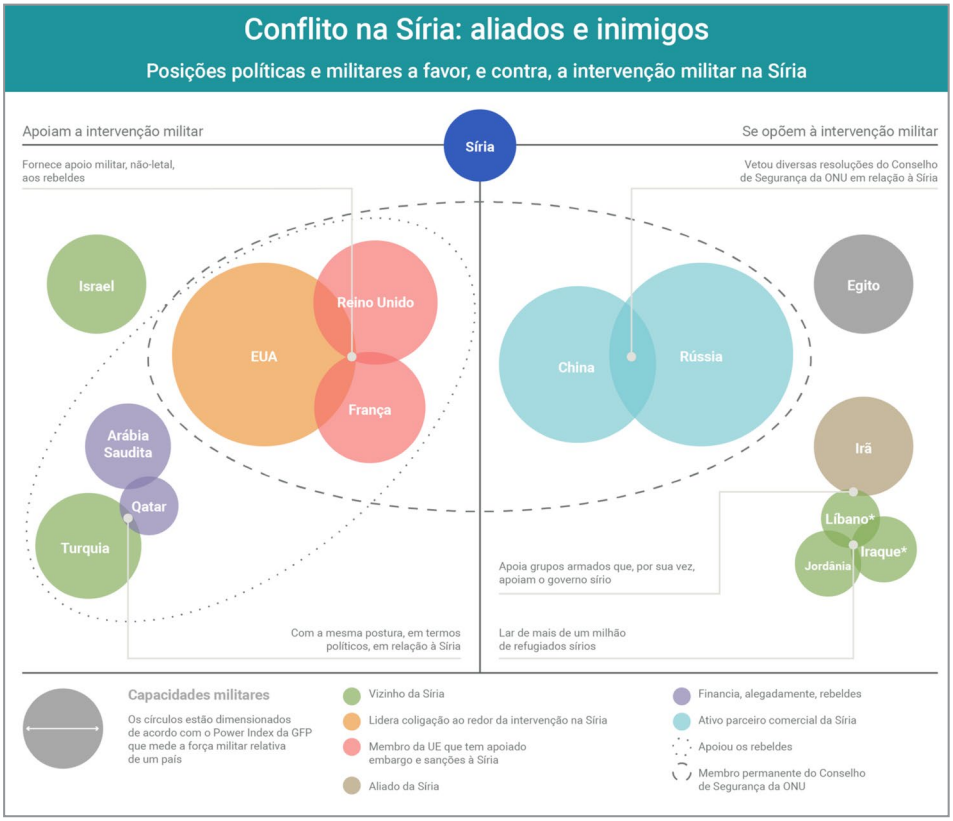


Fonte: Al Jazeera

Por não ter uma produção expressiva (e aparentemente nem recursos em seu subsolo para tal) resta à Síria transformar seu território em um enorme corredor energético, o que o coloca como ponto central nas discussões sobre o futuro da política energética da Europa. De fato, ambos os corredores energéticos (tanto o proposto pela Turquia, quanto o proposto por Irã e Iraque) que buscam atravessar a Síria diminuiriam os custos logísticos ao desviarem do périplo africano, tratando-se de rotas mais seguras para o transporte das exportações e com trajeto mais curto.

Dessa forma, quem detém a Síria detém a saída para o Mediterrâneo, e desestabilizar o governo sírio e retirar Assad de seu controle é estratégico para a Turquia, a Jordânia, a Arábia Saudita, o Qatar, a União Europeia e os EUA. Já para a Rússia, torna-se vital manter Assad no controle do país (Figura 2).

Figura 2: Aliados e inimigos da Síria



Fonte: Al Jazeera

3. OS EUA

Isso posto, o papel norte americano nesse imbróglio é mais complexo do que a garantia de abastecimento de petróleo e derivados. Atualmente, apenas 19% do petróleo consumido pelos EUA são importados (EIA, 2017). A maior parte do cru (e derivados) advém de nações que já são parceiras dos Estados Unidos, e quase metade dele vem por terra[3]. Em 2017, apenas 17% desse total veio dos países do Golfo Pérsico (EIA, 2017), e a maior parte disso saiu da Arábia Saudita, maior produtora da região e com quem Washington tem laços políticos e comerciais bem estabelecidos. Mesmo que haja a necessidade de se garantir fontes de abastecimento por questões de segurança energética, não existe, na realidade, uma premissa de dependência norte-americana ao óleo do Oriente Médio. O que existe é uma disputa de poder com a Rússia, que envolve não só um embate pela influência no Oriente Médio propriamente dito, mas ainda uma herança da Guerra Fria.

Vale relembrar que desde os atentados terroristas de 2001, a Doutrina Bush e a lista de países patrocinadores do terrorismo internacional têm sido mantidas e aprimoradas pelos governantes que o sucederam. O cientista político estadunidense Mearsheimer em suas obras defende que

3 Através de oleodutos e gasodutos desde o Canadá e o México.

os interesses dos Estados mais poderosos sempre prevalecerão. Nesse sentido, o discurso da política de antiterrorismo internacional, desde então, tem motivado os EUA e países europeus a burlarem as decisões tomadas no Conselho de Segurança da ONU em prol de seus interesses. Assim sendo, esse discurso motivou os EUA e países europeus a contrariarem a resolução do Conselho e invadirem o Iraque em 2001, alegando a suposta existência de armamentos de destruição em massa, mesmo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) afirmando não haver tais indícios. Bush saiu da presidência com a popularidade mais baixa da história dos EUA, no entanto, a suspeita de que outros países no Oriente Médio dispusessem de arsenais nucleares e químicos continuou motivando o Ocidente a propor sanções e ações militares contra esses países.

De igual forma, por suspeitar de que o Irã estava desenvolvendo armas nucleares e descumprindo o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), do qual é signatário, o candidato à presidência dos EUA, Mitt Romney, em 2012, afirmou, sem qualquer evidência, que, se eleito, declararia guerra contra o Irã e a Síria imediatamente após a sua eleição. Embora Obama tenha vencido as eleições presidenciais com um tom mais moderado sobre intervenções militares, impôs sanções contra o programa nuclear iraniano e, em 2013, ameaçou intervir militarmente na Síria caso ficasse comprovado que Assad havia lançado armas químicas contra inocentes. Ainda em 2013, Obama mobilizou a opinião pública internacional para propor ações político-militares contra a Síria. Motivada por interesses estratégicos que remontam à década de 1920, a França, por meio de seu serviço de inteligência, alegou ter provas de que Assad possuía um arsenal de armas químicas e agentes tóxico, e que o Governo teria, em agosto de 2013, utilizado armas químicas contra o povo sírio, resultando na morte por asfixia de mais de 1.400 pessoas. Em abril de 2017, voltando ao mesmo impasse sobre o emprego de armas químicas por Assad, o atual Presidente dos EUA, Donald Trump, autorizou um ataque à base aérea na cidade de Khan Shaykhun, em Homs. Foram lançados 59 mísseis modelo Tomahawk de dois navios estadunidenses no mar Mediterrâneo.

Tanto no dilema nuclear iraniano quanto no dilema químico sírio, a Rússia despontou-se como principal ator conciliador das tensões do jogo político internacional. Ter uma potência regional como aliado estratégico no Oriente Médio e manter a integridade territorial e o governo de Assad são estratégicos para a Rússia.

4. A RÚSSIA

E assim, a Rússia se tornou a maior jogadora no cenário estratégico na relação Europa-Oriente Médio. Nesse cenário, a Rússia acusa os EUA e os países europeus de terem agravado a crise humanitária na Síria e terem apoiado o Estado Islâmico. Em comunicado oficial, Putin afirmou que, "com as suas ações, os EUA pioram ainda mais a catástrofe humanitária na Síria. Eles levam sofrimento para a população civil, e de fato, toleram os terroristas que torturam há sete anos o povo sírio". Por outro lado, os EUA sustentam que Assad ordenou em abril de 2018 um ataque com armas químicas contra inocentes. Em suas palavras, Trump afirmou que "a área dessa atrocidade está cercada pelo Exército sírio e é inacessível. O presidente Putin, a Rússia e o Irã são responsáveis por apoiar o animal Assad".

EUA, Inglaterra e França montaram uma nova coalizão, sem consultar o Conselho de Segurança da ONU, e desconsiderando as afirmações de inspe-

tores da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) de que não há evidências de que Assad tenha ordenado tampouco que o ataque com armas químicas tenha ocorrido, realizaram, em 13 de abril de 2018, ataques militares sobre áreas dominadas pelo governo da Síria. Os alvos, segundo o Departamento de Defesa dos EUA, foram um centro de pesquisa e produção de armas químicas e biológicas, em Damasco, um armazém de armas químicas e uma base, ambos em Homs. Ao centro de pesquisa, a coalizão lançou 76 Tomahawks, ao armazém foram lançados outros 22 mísseis, e sobre a base em Homs foram lançados sete mísseis, todos a partir de navios no mar Vermelho e no Golfo Pérsico. Embora o ataque não tenha surtido efeito sobre as forças do governo de Assad, Putin pediu uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. Nesta, realizada no dia 14 de abril (2018), a Rússia colocou em pauta uma proposta de resolução que condenava a agressão dos EUA e aliados contra um Estado soberano sem o aval do CSNU, tratando-se, portanto, de uma violação à Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional. Embora a Rússia, a China e a Bolívia tenham votado favoravelmente, a proposta foi rejeitada por oito votos contrários (Costa do Marfim, EUA, França, Holanda, Kuwait, Polônia, Reino Unido e Suécia), além de quatro abstenções (Cazaquistão, Etiópia, Guiné Equatorial e Peru). Revela-se, portanto, o impasse existente no seio do Conselho e a polarização acometida sobre as instâncias de processo decisório global entre os EUA e a Rússia, sobretudo com a crise na Síria.

5. NOVO ATORES E A GUERRA CONTINUA

Conforme mencionado, o distrito de Lataquia, antes da Primavera Árabe, era um reduto totalmente protegido por Assad. À parte uma pequena base russa no porto de Lataquia, trata-se de um distrito com ampla agricultura, e de onde partem as principais exportações do país: betume, asfalto, cereais, algodão, frutas, ovos, cerâmica e tabaco. A partir dos movimentos sociais de 2011, o comércio nesta região foi extremamente prejudicado. É em Lataquia também que está localizada a base aérea russa de Hmeymim. É desta base que os aviões militares e de transporte russos partem para missões de combate contra grupos terroristas do Estado Islâmico e da Frente Al-Nusra (atual Tahrir al-Sham). Um fato interessante que vale a reflexão é que, de 1920 a 1943, a Lataquia esteve sob o domínio da França. Em 1939, porém, a França efetivou o tratado que previa a incorporação da Lataquia ao Estado sírio. Com as eleições em 1943, a Lataquia foi oficialmente incorporada ao Estado sírio. O atual Presidente francês, Emmanuel Macron, é o mais engajado dos presidentes e, segundo o próprio, foi ele que convenceu a Trump em manter as forças da coalizão de forma permanente na Síria, de que os bombardeios teriam que se limitar às áreas de incidência de armas químicas e propôs uma solução diplomática duradoura em que todos os atores estatais estivessem envolvidos, incluindo aliados de Assad – Irã, Iraque e Rússia.

Fica a dúvida se será a França a liderar o bloco europeu e representá-lo em um acordo de viabilização de um gasoduto atravessando a Síria. O que se sabe, de fato, é que a França, além do passado histórico contratualista na região, tem todo o potencial para articular alianças uni e multilaterais com a Síria, o Irã e a Rússia, que possam solucionar conflitos na região e retomar a parceria Euro Mediterrânica, na qual os Estados costeiros e membros da Europa, com base na doutrina liberal em sua versão mais ortodoxa da desregulamentação dos mercados, visam atrair investidores locais e internacionais para a Bacia do Mediterrâneo, ampliando o comércio com a África e disputando mercados com a China e os EUA nesta região.

Adicionalmente, na costa mediterrânea da Síria, além do porto de Lataquia, também fica o porto de Tartus, o segundo maior do país. Desde a década de 1970, a então União Soviética mantinha uma base naval em Tartus. Em janeiro de 2017, Assad renovou o contrato de concessão do porto de Tartus à Rússia como base naval por mais 49 anos. Tartus é a saída que a Rússia tem para o Mediterrâneo e é a segunda maior base naval da Rússia fora do território russo, donde estão alocados cerca de quinze navios de guerra e de apoio, entre eles, as fragatas com mísseis de cruzeiro Admiral Gregorovich e Admiral Essen e os submarinos Varshavyanka e Schuka-B. Enquanto Assad se garantir a frente do comando do País, tais bases russas continuarão na Síria; no entanto, se Assad for derrubado do governo, muito provavelmente a oposição não permitirá a permanência destas bases na região, resultando em novo conflito armado sem proporções envolvendo os velhos e os novos atores no tabuleiro. Quem controlar a Síria será o novo *Hegemon*.



Fernanda Corrêa é Doutora em Ciência Política na área de concentração Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Diplomada no Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia e no Curso Superior de Defesa pela Escola Superior de Guerra (ESG). Mestre em História Comparada com ênfase em Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional/ Pro-Defesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista Lato Senso em História Militar Brasileira pelo Convênio Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduada em História pela Universidade Gama Filho (UGF). Atualmente, é assessora na Assessoria de Planejamento Estratégico da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (AMAZUL). Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército Brasileiro (ECEME) e professora adjunta na Divisão de Assuntos de Geopolítica e Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra. É diretora executiva da Associação Brasileira de Geopolítica e condecorada submarinista honorária pela Força de Submarinos da Marinha do Brasil. Autora de artigos e capítulos de livros, publicados no Brasil e no exterior.



Fernanda Delgado é Pesquisadora na FGV Energia. Doutora em Planejamento Energético (engenharia), dois livros publicados sobre Petropolítica e professora afiliada à Escola de Guerra Naval, no Mestrado de Oficiais da Marinha do Brasil. Experiência Profissional em empresas relevantes, no Brasil e no exterior, como Petrobras, Deloitte, Vale SA, Vale Óleo e Gás, Universidade Gama Filho e Agência Marítima Dickinson. Experiente na concepção e construção de planos de negócios para empresas de óleo e gás, estudos de viabilidade nanceira de projetos e avaliação de empresas. Longa experiência em planejamento estratégico, fusões e aquisições, análise de negócios, avaliação econômico-financeira e inteligência competitiva.

* Este texto é de inteira responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha programática e ideológica da FGV.